

Maioria no Congresso está afogada em dívidas

Nada menos que 507 dos 513 deputados e 56 dos 81 senadores estão pendurados no cheque especial

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A dureza bateu às portas de um lugar que até agora tido como um dos poucos imunes às crises econômicas tão comuns no País: o Congresso. De bolsos vazios, nada menos que 507 dos 513 deputados, e 56 dos 81 senadores estão pendurados no cheque especial do Banco do Brasil. Nesse mesmo universo, há ainda 128 deputados e 11 senadores que tiveram de recorrer a empréstimos de emergência no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) está devedor em R\$ 16 mil no cheque especial do BB. Ele conta que foi à gerência do banco saber se havia algum tipo de empréstimo com juros menores dos que os cerca de 14% do cheque especial. Ouviu a informação de que não existe operação bancária com juros menores e que não ficasse desesperado, porque estava em situação privilegiada. "O senhor só deve R\$ 16 mil", argumentou o gerente. "Tem gente aqui com 'buracos' de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil."

Ferro pôs à venda o apartamento de três quartos, na Cidade Universitária, em Recife, na tentativa de pagar a dívida com o BB. "Mas não apareceu ninguém para comprar o imóvel", disse ele. "Minha mulher é médica e tem ajudado muito nos gastos da família." Os deputados petistas têm despesas muito maiores que a de colegas dos outros partidos. É que contribuem com 30% do salário para os cofres do PT. Apesar dos R\$ 8 mil de salários, há muitos parlamentares petistas que, descontadas as despesas, não levam nem R\$ 2 mil para casa.

As queixas sobre problemas financeiros eram até agora incommuns entre os parlamentares, que recebem salários de R\$ 8 mil mensais. Mas de uns tempos para cá eles perderam o constrangimento e já falam de sua situação de penúria até nos microfones da Câmara e do Senado. O deputado Nilson Gibson (PMN-PE), por exemplo, vez por outra pede aumento de ordenado. Segundo ele, está muito difícil a sobrevivência, porque com os descontos, os R\$ 8 mil reduzem-se a R\$ 5,4 mil. Gibson conta a seus colegas de Câmara que teve de substituir o "queijo real" pelo "queijo de coalho", mais barato, de consumo comum no Nordeste.

A aflição de deputados e senadores é tão grande que o governo já começa a ter medo das consequências da pindaíba generalizada. A votação do projeto que fixa os juros anuais em 12% vai ocorrer ama-

nhã. O governo é contra a aprovação da proposta, já votada e aprovada pelo Senado. Como ainda é impossível medir a taxa de adesão dos mais duros ao projeto, a orientação dos líderes dos partidos aliados é a retirada dos deputados do plenário.

As dificuldades financeiras atingem a todos, líderes e liderados. O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), salvou-se este mês por causa do cheque especial. "Vinha conseguindo equilibrar minhas contas, mas neste mês não deu", contou. Para cobrir o rombo de mais de R\$ 2,5 mil, ele recorreu à poupança que vinha fazendo. "Tenho muitos compromissos, pois ajudo meu pai e meus netos", explicou.

Segundo Álvares, uma de suas formas de fazer economia e equilibrar as contas é a redução drástica de tudo quanto é almoço e jantar com políticos. "Às vezes, a gente senta com alguns prefeitos e, quando o jantar termina, ninguém leva a mão ao bolso", queixou-se. "Acho que pensam que o senador está em uma hierarquia superior e deve pagar tudo."

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também deu um basta em almoços e jantares. "Não troquei meu carro, um Santana 89, modelo antigo, e agora não consigo mais comprar um novo". Segundo Simon,

seu dinheiro é contado. O senador Gilvan Borges (PMDB-AP) vive do salário. E acha que ter tão pouco dinheiro é perigoso para o parlamentar: "Temos de resistir à tentação dos lobbies, senão adeus dignidade do exercício do cargo."

Na cata de dinheiro aqui e ali, houve uma correria ao IPC, que reabriu empréstimos de até

R\$ 15 mil há dois meses. Desde a abertura do socorro financeiro, 128 deputados e 11 senadores tomaram empréstimos, a juros de poupança mais 0,5%, pagáveis em 12 meses. Em junho, os juros do IPC alcançaram 4,26%, muito, mas muito abaixo dos quase 14% do cheque especial. "Estamos trabalhando em regime de UTI", disse o presidente do IPC, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI).

O deputado Wilson Mattos Branco (PMDB-RS) acha que só quando a Receita Federal for proibida de cobrar Imposto de Renda dos aposentados vai poder sair da dureza. "Além do meu salário, ganho mais R\$ 400,00 de aposentadoria como pescador, em Rio Grande", explicou. Segundo ele, a Receita lhe cobra impostos "extorsivos", de duas fontes. "Minha aposentadoria vai-se embora." Branco contou que em sua ação política costuma comprar passagens para eleitores doentes. "Em junho não consegui ajudar ninguém." A última ajuda foi em maio: "Naquele mês ainda consegui mandar um amigo para o Sarah Kubitschek, em Brasília, e outro para São Paulo", afirmou.

TODOS SE
QUEIXAM DOS
JUROS E TERÃO
NAS MÃOS
DECISÃO SOBRE
LIMITE DE 12%
AO ANO